

BRASIL EM AÇÃO

Josaphat Marinho

O programa "Brasil em ação" agora anunciado pelo presidente da República, deve ser acolhido com espírito de confiança. Toda iniciativa do poder público, que revela o propósito de ordenar problemas e suas soluções, merece estímulo. Pode-se não concordar inteiramente com as prioridades estabelecidas e a forma de dar-lhes execução. É natural a divergência na seleção de questões básicas, de interesse da sociedade. No caso, mais do que a preferência pessoal, de grupo, ou de partidos, vale a decisão tornada pública de promover ações, de diferentes fins, em favor da coletividade. A adoção de atos geradores de bem-estar comum, em lugar de propostas de mudanças puramente formais ou institucionais, é tomada de consciência das dificuldades que atingem a vida coletiva.

Os 42 projetos anunciados abrangem setores e regiões diferentes. Obras de pavimentação, recuperação ou duplicação de rodovias, construção de portos e ferrovias, linhas de transmissão de energia. Hidrovias. Atos no desenvolvimento da reforma agrária. Medidas de combate à mortalidade infantil. Pró-saneamento. Educação a distância. Valorização do magistério. Pró-moradia. Proemprego. Estímulo ao turismo. Essas e outras realizações, envolvidas no programa geral, representam larga visão de problemas essenciais. Outros, muitos, poderiam ser enumerados ou desdobrados, com procedimentos próprios a reduzir as carências da população e as desigualdades sociais e econômicas. A redistribuição de renda, por exemplo, é fator indispensável à correção dos males mais profundos que dividem a sociedade brasileira em fortes e oprimidos.

Nem todos os problemas e suas soluções, porém, podem ser enfrentados de uma vez, ou em curto prazo. Daí merecer apoio o programa, para que possam ser cobrados os resultados efetivos. Melhor seria que esse conjunto de decisões se traduzisse num plano, propriamente dito, em que as prioridades estivessem devidamente classificadas, com prazos definidos para sua execução e os recursos aplicáveis distribuídos cronologicamente. A planificação assim feita já indicaria a responsabilidade dos órgãos executores, aos quais coubesse o encargo da administração. A fiscalização externa, ou estranha à entidade administrativa normalmente dirigente de serviços, nem sempre é produtiva, ou estimulante de produtividade. Não raro, afigura-se uma intervenção, indicativa de desconfiança. E, segundo noticiaram jornais, no programa delineado parece que se prevê fiscalização superior dessa natureza. Demais, pelo que revelou a imprensa, nem todos os ministros tiveram conhecimento prévio das prioridades estabelecidas para suas secretarias de Estado, nem da origem e segurança dos recursos financeiros disponíveis.

Ora, o desenvolvimento simultâneo de programas múltiplos exige, antes de tudo, para seu êxito, perfeita coordenação de esforços e entusiasmo na consecução de seus fins. O órgão planejador traça diretrizes e objetivos gerais, porém não os im-

pulsiona diretamente. Os mecanismos administrativos especializados é que asseguram o desdobramento regular dos projetos e de sua efetiva execução. É certo que o presidente da República, titular do Poder Executivo, se reserva a superintendência geral e superior de todos os empreendimentos e atos decisórios. Mas igualmente se sabe que, na complexidade do organismo administrativo e na extensão territorial do país, é difícil ao chefe do Estado exercitar essa tarefa com eficiência. Há que delegar função. Para fazê-lo, há que atentar na competência específica dos ministérios, até para evitar conflitos prejudiciais à regularidade dos serviços. Ou, então, cumpre-lhe preservar as atribuições nor-

mais dos ministérios, o que nem sempre é conveniente à celeridade de trabalhos e providências, em programas da natureza do apreciado.

Essas ponderações não são aleatórias. Programas anteriores limitados, porém importantes, do governo atual, não tiveram sua execução correspondente aos documentos que os traçaram. O plano de recuperação da lavoura cacauzeira, embora bem delineado nos seus fundamentos, no processo técnico de sua efetivação, na especificação dos recursos financeiros no tempo, por períodos certos, arrasta-se em atraso, em formalidades e exigências, que lhe estão prejudicando os objetivos. O projeto de proteção da Amazônia, o Sivam, além de perturbado por medidas in-

seguras na sua fase inicial, como que entrou em eclipse, depois que o Senado o sagrou, precipitadamente. Os programas há poucos meses anunciados em benefício do Nordeste também não tiveram, até aqui, encaminhamento saliente. Seria interessante, mesmo, que se esclarecesse se estão, ou não, absorvidos pelo "Brasil em ação", ou se perderam o feitio de prioridades.

Aí estão ponderações, não constatações. Ponderar é avisar. Não é opor. E avisar, pública e claramente, é forma democrática de concorrer para o êxito do governo, a serviço do povo.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia

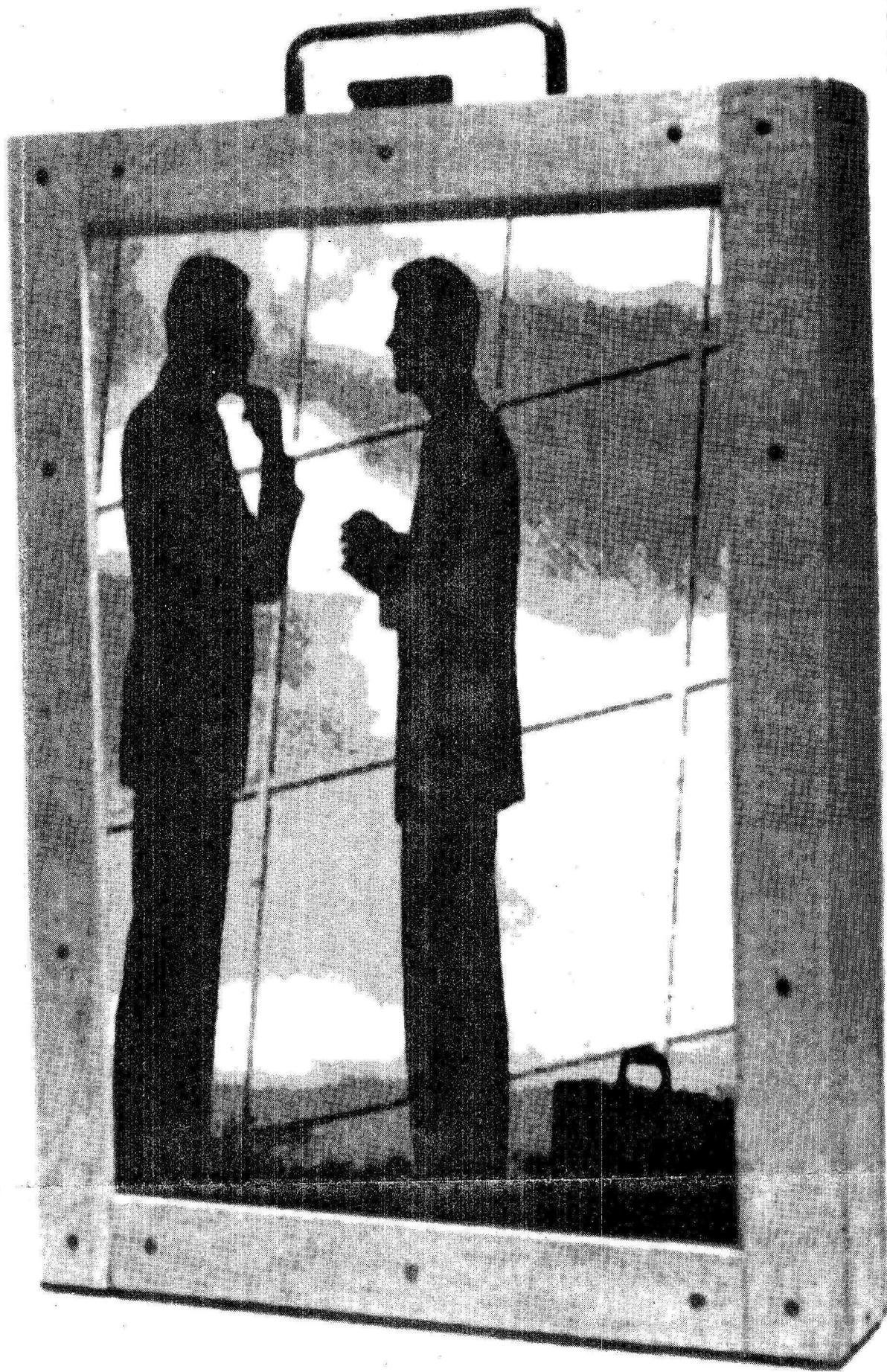


Ilustração: Fred Lobo